SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Jornal do Judiciário

www.sintrajud.org.br

FENAJUFE
CSP Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

*Quinta-feira, 8 de março de 2012 | JJ 445 | 13.000 exemplares | **Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP** | Tel.: (11) 3222.5833*

Ato conjunto dos servidores públicos federais dia 15, às 12h, em frente ao TRF-3

Coordenação Estadual do Funcionalismo convoca as categorias para a jornada de lutas em SP; calendário de lutas do funcionalismo público federal foi reafirmado na plenária nacional em Brasília

O ato público central da jornada de lutas que acontecerá na próxima semana, entre os dias 12 a 16, nos estados, já tem dia e local para acontecer em São Paulo. Os trabalhadores dos serviços públicos farão ato no dia 15 de março, a partir das 12h, em frente ao TRF-3, após o ato os servidores entregarão carta aberta à população.

Os servidores irão exigir do governo Dilma Rousseff respeito às suas reivindicações. Essa será a primeira atividade unificada dos servidores públicos em São Paulo este ano. Manifestações como esta acontecerão em todo o país.

Pauta de lutas que unificam a luta dos servidores

Respeito à data-base (1º de maio); política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações; cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolo de intenções firmados; contra qualquer reforma que retire os direitos dos trabalhadores; retirado dos PL´s, MP´s e decretos contrários aos interesses dos servidores públicos; paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas; reajuste dos benefícios.

Samuel Tosta



24 8 2011 Marcha que levou mais de 20 mil à Brasília: não vamos pagar pela crise

Especial de Mulheres
Página 3

Receita da União cresce 75% e salário 0%
Página 8

Coordenação das entidades dos Servidores Federais se reúne com presidente do TRF para tratar da pauta da Campanha Salarial Unificada

Previdência e Direito de greve

Aconteceu na tarde de ontem, dia 6, reunião das entidades do Funcionalismo Público Federal de São Paulo com o desembargador federal do TRF-3, Newton de Lucca, para tratar da pauta da Campanha Salarial Unificada.

Entre os temas abordados estavam o PL 1992/07, que privatiza a Previdência do servidor público, e as ameaças ao direito de greve.

A reunião contou com a presença de Ana Luiza Gomes e Antonio dos Anjos Melquiades (Fenajufe); Cléber Borges de Aguiar (Sintrajud); Carlos Daniel Gomes Toni e Glauber Augusto de Macedo Girotto (Sindsef-SP); Aparecido Francisco de Sales e Paulo Lino (Sinal); Vinicius Vasconcelos e Gilberto dos Santos (Sinsprev-SP).

Segundo eles, a reunião teve como objetivo abrir um canal de interlocução através do desembargador junto ao Congresso e ao Judiciário. E preparar o "terreno" para as mobilizações que todos os setores deverão organizar para enfrentar juntos os ataques praticados pelo governo Dilma Rousseff.

Jesus Carlos



Opinião do Servidor

Sobre as Metas do CNJ e o nosso saudoso Luiz

Joca Duarte



Os últimos dias de Fevereiro foram permeados com duas notícias chocantes. Uma foi saber que um valoroso colega de trabalho e de greves, havia falecido na madrugada do dia 27. Na quarta, dia 29, ao abrir o Estadão vi a manchete da "paladina da moralidade", Eliana Calmon, outrora indicada por ACM para assumir vaga nos Tribunais Superiores, ameaçando punir os juízes que ela chama de vagabundos.

Não nos iludamos, não há nada de moralidade nestas declarações. Trata-se de um recado bem dado pelo grupo que manda no país, falando pela boca da Corregedora do CNJ, mostrando "a parte ou papel que cabe aos juízes neste latifúndio". É uma ameaça ao Poder Judiciário e seus membros.

Quando ainda na década de 90, se reuniram o que eu chamo de tecnocratas do Capital, em Washington, e fizeram o famoso "documento 319" com as diretrizes para o Judiciário da America Latina.

Em plena era do neoliberalismo, o Mercado necessita que o Estado se intrometa o mínimo possível na economia. Constatou-se que na America Latina, era exatamente o Poder Judiciário que, como diziam, atravancava a livre iniciativa. O documento 319, do Banco Mundial visava criar mecanismos para "domesticar" o Poder Judiciário, que não andava sempre afinado com os interesses do Capital, principalmente os juízes de primeira instância, que insistiam em ouvir mais o povo à seguir as súmulas dos Tribunais Superiores, mais atrelados ao executivo e às necessidades do Mercado. A ministra Calmon, porta voz do CNJ, está cumprindo esse papel.

No Brasil resistimos bastante. A jurisprudência de base era, há 10 anos, algo mais forte do que as súmulas vinculantes, coisa que em outros países já havia sido suprimido bem antes.

O pior, é que no bojo dessas normatizações jurídicas, estão chegando os novos planos de gestão interna. Se o Judiciário é moroso para as necessidades do mercado, a responsabilidade é de uma má gestão interna, leia-se dos juízes e servidores. Essa tem sido a mensagem desde o início da gestão da atual Corregedora do CNJ. Disse isso com todas as letras: "nada é mais importante para o poder Judiciário do que o cumprimento das METAS!". E põe META nisso.

Se uma Corregedora do CNJ vai à mídia, estampa no principal meio de comunicação escrito da burguesia que "juiz é vagabundo", imagine a reação em cadeia que isso acarreta.

O juiz, vai se sentir no direito de achar que o problema é de seus apoiadores: nós servidores. Isso já acontece na prática, todo dia o tempo todo.

As chefias, e muitos de nossos colegas servidores se acharão no direito de apontar para os mais debilitados, que estejam com alguma doença, mães com filhos pequenos, colegas com mais de 50 anos de idade. Estão sendo responsabilizados pela "baixa produtividade" do Poder Judiciário.

Os cursos de gestão que nossos chefes frequentam às dúzias durante todo ano, muitos ministrados pela FGV, que prega uma gestão gerencial, voltada para a produtividade, é a menina dos olhos do CNJ. É a essência da nova gestão para o Poder Judiciário. Está sendo formada uma geração de gestores ou gerentes com a tarefa de tirar o couro dos servidores para cumprir as metas.

Nosso amigo Luiz Lacerda teve uma morte súbita na madrugada de segunda-feira.

Devem ter havido inúmeros motivos plausíveis para seu óbito, desde idade, vícios, saúde ou até destino, para os que acreditam.

Mas, em respeito ao Luiz, pelo pouco que o conheci, me sinto na obrigação de dizer um outro lado de sua angústia.

Luiz vinha há algum tempo tendo atrito com seu trabalho. Chegou a escrever isso ao sindicato. Achava-se acuado dentro de um mundo de regras hipócritas, que nem sempre fazem muito sentido e que para um homem da sua personalidade e geração, eram quase que inaceitáveis. Luiz, como tantos de nós, era da estirpe que não se dobra fácil perante um programa de gestão imbecil.

Luiz foi deslocado de um setor e relocado em outro, onde não estava feliz. Depois de anos no TRF, estava novamente sendo reavaliado, dentro dos novos padrões de metas e de gestão, fruto de uma "intervenção" violenta do CNJ em 2011, e sua doutrina de gestão segue sendo aplicada com rigor nos setores administrativos. Talvez com a mesma arrogância com que Calmon publica frases de efeito no Estadão.

Luiz estava muito angustiado com isso. Infelizmente não está mais aqui para levar mais essa luta em frente... como sempre fez em sua vida.

Claudio Antonio Klein - diretor de base do TRF-3

Assembleia reafirma a unidade da luta do funcionalismo e rechaça o PL 1992/07

Somente a unidade de todo o funcionalismo poderá barrar a política de arrocho salarial e de ataques aos direitos dos trabalhadores.

Jesus Carlos



Realizada no dia 1º de março, em frente ao Tribunal Regional Federal – 3ª Região, a Assembleia Estadual reafirmou o calendário de lutas dos trabalhadores públicos federais e elegeu os representantes que participaram do seminário sobre a Previdência Pública e da Plenária Nacional Funcionalismo, nos dias 03 e 04, respectivamente, em Brasília.

Além das atividades da Campanha Salarial Unificada, na assembleia os trabalhadores fizeram um balanço sobre a recente votação e aprovação do PL 1992/07, na Câmara dos Deputados, no último dia 28 de fevereiro.

O PL trata-se de mais um ato de desrespeito aos trabalhadores públicos. "O governo Dilma não dá o reajuste, mas dá um presente ao sistema financeiro, que são bilhões das nossas contribuições, da nossa previdência e do Estado para a roleta russa das bolsas de valores e para o sistema financeiro", criticou Ana Luiza F. Gomes diretora da Fenajufe.

Trabalhadores reafirmam o calendário de luta e de unidade com o funcionalismo

Assim como na última Assembleia Estadual, realizada no dia 11 de fevereiro, os trabalhadores reafirmaram o calendário e a unidade na luta com os demais setores do funcionalismo, para barrar a política de arrocho salarial.

A diretora da Fenajufe, Ana Luíza de F. Gomes, fez um resgate das últimas lutas como os previdenciários, professores e funcionários das universidades federais, (que fizeram mais de cem dias de greve pelo reajuste salarial), e da nossa heróica greve. Todos com mobilizações isoladas. O resultado desta fragmentação resultou no "não que nós (Judiciário) levamos, e que foi o mesmo "não" que todos os demais trabalhadores levaram do governo Dilma", afirmou.

É preciso unidade de todos os setores do funcionalismo para barrar a política de arrocho salarial.

Uma menção ao companheiro grevista Luiz Lacerda.

O servidor Luiz Lacerda, que faleceu no último dia 27 de fevereiro, foi lembrado com muita tristeza na assembleia. O diretor do Sintrajud, Dalmo Vieira falou do colega e da sua participação ativa nas lutas, nos arrastões e na greve pelo PCS-4. Ao invés de um minuto de silêncio, os servidores fizeram uma salva de palmas, simbolizando a saudade e o carinho que os servidores tinham por ele.

Ação dos 11,98% e Quintos Sobre os Quintos

O Dr. César lembrou que o sindicato ganhou a ação dos quintos, que transitou em julgado no ano passado. E que agora entrou no processo de cálculos para execução do valor.

O grande problema que o departamento jurídico está enfrentando em relação às administrações é que elas ainda não forneceram todos os elementos para a realização dos cálculos. "Alguns tribunais forneceram os cálculos naquilo que eles entendem no valor devido a título de Quintos, por exemplo, o TRT enviou os cálculos sem a aplicação dos juros de mora, esse erro foi reconhecido inclusive pela União", observou o advogado.

A maior dificuldade segundo César é pegar os informes de hora-extra, função comissionada daquilo que foi incorporado e o que não foi para apresentar os cálculos para recebimento. A ação dos Quintos hoje é uma das prioridades do departamento Jurídico, relatou o advogado.

Sobre os 11,98%

O Dr. César lembrou que em 1997 o escritório Melegari, Costa Filho, Menezes e Reblin Advogados Reunidos, de Florianopolis/SC, entrou com algumas ações judiciais para os servidores pleiteando o pagamento dos honorários dos 11,98%.

Após muita mobilização e greve dos trabalhadores, uma decisão administrativa incorporou e pagou aos trabalhadores os 11,98% a partir do ano de 2000. Agora o escritório está querendo receber os honorários naquilo que foi auferido administrativamente.

Para resolver esse impasse, o sindicato contratou a advogada Joyce Neres, para fazer a defesa de todos esses trabalhadores. Para aqueles que queiram entrar em negociação o fará por intermédio do sindicato.

O plantão com a Dra Joyce Neres, é das 15h às 19h, diariamente, os trabalhadores podem tirar suas dúvidas pelo telefone (11) 3222-5833, no departamento Jurídico.

Servidores do TRF-3 voltam a ter seu horário de almoço flexibilizado conforme a jornada de trabalho

Ordem de serviço que determinava o horário de almoço entre 12h e 14h, foi derrubada. A decisão favorece tanto o público quanto os servidores que foram penalizados pela ordem

O presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Newton de Lucca, revogou a ordem de serviço da administração anterior, que determinava a todos os servidores da área administrativa o horário de almoço entre 12h e 14h.

A Ordem de Serviço nº 34/2011, do então presidente Roberto Haddad, já havia sido alvo de vários questionamentos da diretoria do Sintrajud e dos trabalhadores do TRF-3. Ela penalizava a categoria e não representava melhores condições de trabalho, prejudicava o atendimento ao público interno e externo e a execução do trabalho, além de ser arbitrária, visto que não levava em conta a rotina já realizada e nem a organização do trabalho nos setores.

O Sintrajud entrou com pedido de Reconsideração e Recurso Administrativo

Para reverter a decisão do então presidente do TRF-3, Roberto Haddad, além das ações políticas, o departamento Jurídico do Sintrajud entrou, num primeiro momento, com o pedido de Reconsideração e, no caso de não ser reconsiderado pela administração, que então fosse recebido como Recurso Administrativo para ser encaminhado a uma instância superior.

No Recurso o sindicato exigia que fosse considerada a manutenção da flexibilização do horário de refeição e descanso como vinha sendo praticado, o que permitia ao trabalhador uma melhor qualidade de vida e a manutenção do direito adquirido, bem como a continuidade da prestação dos serviços no setor.

O sindicato também questionou a ilegalidade do ato administrativo, pois estava em discordância ao que previa a lei e a Constituição, pois a ordem de serviço, como suposto regulamento, não se poderia contrapor ao texto legal que lhe dava validade, como é o caso da Lei 8.112/90.

No dia 13 de janeiro, o sindicato protocolou um Recurso Administrativo, endereçado ao Presidente do Conselho de Administração do TRF-3. Na exposição do expediente foi novamente, levantado às considerações já apresentadas no pedido de Reconsideração.

O pedido foi indeferido pela presidência e distribuído para o Conselho de Administração do TRF-3. A relatora a Desembargadora Alda Bastos, votou pelo não provimento do recurso, e foi acompanhada pelos demais desembargadores do Órgão.

Para o diretor do Sintrajud, Cléber Borges de Aguiar "a revogação desta ordem de serviço é uma vitória para os trabalhadores e contribuirá para o bom andamento dos serviços. Esta atitude da nova administração foi positiva e esperamos que os trabalhadores da área meio tenham sua importância reconhecida, tanto quanto os da área fim, pois todos são fundamentais para a boa prestação jurisdicional", afirma.

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica SIlva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - E-mail: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos/SP - Cep: 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - E-mail: sintrajudsantos@uol.com.br
Subsede Barra Funda: Telefones: (11) 3392-3728 / 3525-9672 / E-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Juliana Silva | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Diego Plenamente | **Tiragem:** 13.000 exemplares

8 de Março Dia Internacional da Mulher

SINTRAJUD

Por Juliana Silva

O dia 08 de março marca a história das lutas das mulheres trabalhadoras, resgatando as reivindicações das operárias têxteis de Nova Iorque por melhores condições de trabalho, redução da jornada diária de 16 para 10 horas, equiparação salarial com os homens, cuja remuneração chegava a ser três vezes maior que a das mulheres pelo mesmo trabalho, e contra a intolerância dos patrões.

Essas trabalhadoras ocuparam a fábrica onde trabalhavam como forma de se fazerem ouvir e foram violentamente reprimidas. Trancafiadas na fábrica que foi intencionalmente incendiada, cerca de 130 lutadoras morreram carbonizadas.

Esse massacre e mais outras lutas das mulheres da mesma época, final do século XIX e início do século XX, como direito ao voto, contra a fome e a guerra, levaram ao reconhecimento desta data internacionalmente como um marco das lutas feministas.

A CSP-Conlutas e demais organizações feministas convocam todas as mulheres trabalhadoras para o Ato e passeata no dia 08, às 14h, na Praça da Sé.

O papel da mulher dentro do sistema capitalista

Dados do IBGE de 2010 revelam que a população brasileira é composta por 97.342.162 mulheres e 93.390.532 homens, ou seja, existem mais de 3,9 milhões de mulheres a mais que homens no Brasil. Mesmo sendo maioria, o peso da exploração e da opressão "bate forte" sobre as mulheres trabalhadoras.

Por isso o dia da mulher trabalhadora é todos os dias. A data "8 de março" tem a acepção da luta das mulheres trabalhadoras. É neste marco que está inserido a necessidade refletirmos sobre o papel da mulher na sociedade capitalista, os conflitos refletidos pelo gênero, as lutas das mulheres trabalhadoras, as conquistas e os desafios.

Apesar de alguns avanços a mulher trabalhadora enfrenta profundos dilemas no trabalho: jornada excessiva e desvantagens na carreira profissional; o mito das características ditas femininas, que leva à caracterização de funções consideradas inferiores como "trabalho de mulher" e funções tidas como superiores igualadas à "trabalho de homem"; o trabalho terceirizado; desigualdade salarial, dentre outros fatores.

No espaço familiar (ou privado) os avanços também ainda não são suficientes para que mulheres tenham uma vida digna e de qualidade: ainda são necessários o respeito ao direito de decidir sobre o seu próprio corpo, licença maternidade que respeite o tempo necessário aos cuidados do recém nascido e reorganização do tempo de quem o recebe, creches que acolham os filhos para que as mães possam trabalhar, o fim da violência doméstica; todas essas são questões que devem ser superadas para a emancipação e o fim da opressão contra a mulher.

Muitas das bandeiras levantadas no Dia Internacional das Mulheres refletem uma demanda da luta da classe trabalhadora – de homens e mulheres explorados e oprimidos pelo sistema capitalista. No entanto, mulheres enfrentam, comprovadamente, mais dificuldades que os homens. Se for negra então, a opressão sobre esta mulher é agravada pelo racismo.

A dependência econômica da mulher em relação ao seu companheiro também pode agravar situações de violência, por limitar suas possibilidades de afastamento dessa condição. Por isso, é importante lutar pela autonomia das mulheres em todos os campos da vida.

Seminário Sintrajud
"A mulher trabalhadora e o Poder Judiciário", no dia 17/03/2012, das 9 às 14h, no auditório do Sintrajud.

Dados salariais entre homens e mulheres revelam o preconceito no mercado de trabalho

Dados salariais entre homens e mulheres revelam o preconceito no mercado de trabalho

A diferença entre o salário de homens e mulheres aumentou nos últimos oito anos, como demonstram os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho.

Em 2003 as mulheres recebiam, em média, 91,8% do salário de um homem. Em 2011, o salário de uma mulher era correspondente a 85,3% do que ganhava um homem.

Aumento na diferença em relação ao salário médio de admissão

Em 2003, os homens recebiam cerca de R$ 700 ao ingressar num emprego novo. Já as mulheres, R$ 645, em média. No ano passado, os salários iniciais de homens e mulheres atingiram, em média, R$ 992 e R$ 846, respectivamente. Enquanto os homens tiveram seu salário inicial médio aumentado em 41,7%, os das mulheres aumentaram 31,2% a mais nesses oito anos.

Quando homens e mulheres têm o ensino superior completo, o salário médio inicial de um homem é de R$ 3.261,13, enquanto a mulher ganha R$ 1.956,74, valor 40% menor.

A mulher negra

Quando se trata da cor da pele as diferenças são ainda mais gritantes. A diferença existente entre homem e mulher quando coloca como critério a cor da pele aumenta ainda mais.

Em análise do anuário "mulheres brasileiras 2011", organizado pelo DIEESE, podemos verificar os seguintes dados:

A trabalhadora negra tem como salário médio a metade do salário da trabalhadora branca;

A trabalhadora negra continua sendo aquela que se insere mais cedo e é a última a sair do mercado de trabalho;

Mesmo quando sua escolaridade é similar à escolaridade da companheira branca, a diferença salarial gira em torno de 40% a mais para a branca;

O desemprego entre as mulheres negras, em qualquer lugar do país, é muito maior. A taxa de desemprego das jovens negras chega a 25%. Uma entre quatro jovens está desempregada;

As mulheres negras, quando empregadas, somente 56% delas têm carteira assinada ao passo que as brancas trabalhadoras com carteira assinada são de 70%, ou seja, se a mulher é mais explorada que o homem, a negra é ainda mais;

Os empregos das mulheres negras são mais precários. 71% das mulheres negras estão nas ocupações precárias e informais; contra 54% das mulheres brancas e 48% dos homens brancos;

Os rendimentos das mulheres negras em comparação com os homens brancos nas mesmas faixas de escolaridade não ultrapassam os 53%.

Quando se comparam esses dados de diferenças entre os grupos raciais pode advir o seguinte questionamento: O que leva a tamanha e brutal diferença de tratamento se somos um país em que a última legislação divisionista foi posta abaixo em 1888? Essa diferença de tratamento que insiste em permanecer se dá em função da ausência de uma ruptura com o passado escravocrata e excludente. Também pesa a inexistência de políticas de inserção da trabalhadora negra no pós-abolição.

8 de Março Dia Internacional da Mulher
SINTRAJUD

A luta das mulheres trabalhadoras do Judiciário Federal

Elas estão nas greves, nas caravanas, nas passeatas, assembleias e na direção do Sintrajud e Fenajufe

Fotos: Kit Gaion, Jesus Carlos, Joca Duarte, Valcir Araujo e Marcela Mattos









A luta da mulher trabalhadora do Judiciário reflete as contradições do sistema capitalista, onde o governo arrocha os seus salários em favor do pagamento dos juros da dívida pública. Quando olham seu contracheque "corroído" por de 1/3 da inflação, e precisam "responder" a dupla, ou muitas vezes, tripla jornada (casa, trabalho e estudos), se veem muitas vezes, impedidas de lutar e participar ativamente dos eventos sociais.

Dentro dos tribunais, apesar das mulheres serem ampla maioria, a ascensão aos cargos mais importantes é muito difícil -. É possível perceber o afunilamento, em que pese o aumento da hierarquia, na mais importante Corte do Poder Judiciário, onde temos apenas duas mulheres, dentre os onze cargos, ocupando colocação de ministras do Supremo Tribunal Federal. Uma demonstração de como a mulher é alijada dos espaços públicos e de poder público.

Além desta exclusão do espaço público dentro da estrutura "engessada" do Judiciário, somam-se os problemas administrativos impostos pelos presidentes e chefias diretas e, que afetam o cotidiano das mulheres trabalhadoras, como: falta de creche, ou mesmo, a ameaça de fechar os espaços onde os filhos das servidoras já ficam, como no caso do TRT-2 no ano de 2010, que com a luta e organização das trabalhadoras a decisão do presidente foi revogada. O ataque ao Plano de Saúde pelo então presidente do TRF-3, Roberto Haddad. O assédio sexual relatado por algumas trabalhadoras ao sindicato. A discriminação velada no caso das mulheres negras, que hoje é uma minoria absoluta dentro do Judiciário. O assédio das chefias, muitas vezes mulheres, as gestantes entre outros ataques.

As mulheres do Judiciário na greve pelo PCS-4.

O papel das mulheres do Judiciário nos momentos de mobilização e de greve tem sido fundamental.

Quem não se lembra do piquete na porta do T.R.E/SP, no dia 07 de julho de 2011, onde um cordão de mulheres de vários tribunais e fóruns, fecharam a porta daquele tribunal.

As mulheres trabalhadoras do Judiciário estão na direção das greves, das caravanas, nas passeatas, nas assembleias e na direção do Sintrajud e Fenajufe.





Terceirização

Quando a precarização do trabalho tem rosto de mulher

Não é preciso muitos estudos e pesquisas por parte do governo, para enxergarmos a realidade que está diante dos nossos olhos cotidianamente: a precarização do trabalho reflete de forma violenta as mulheres, e principalmente, as negras.

Com a desregulamentação dos contratos de trabalho, a terceirização atinge toda a classe trabalhadora – homens e mulheres – mas a exploração recai de maneira mais incisiva sobre as mulheres negras, pela falta de formação são destinadas a pleitear os trabalhos mais precarizados, de menor remuneração, e em sua maioria, a extensão do serviço doméstico.

A estas mulheres ainda estão à responsabilidade do serviço doméstico de seus lares e o cuidado dos filhos. Estas mulheres, ao contrário do que muitos pensam, não realizam atribuições secundárias dentro dos Tribunais e dos Fóruns, suas funções são essências para o funcionamento destes locais de trabalho.















No 1º ano de governo, Dilma cortou recursos do programa de combate à violência

As mulheres sofrem com a violência institucionalizada pelo Estado que são agravados quando não há investimentos públicos

Estudos revelam que no ano passado, dos R$ 119 milhões previstos nos programas de combate à violência à mulher, apenas R$ 36 milhões foram repassados, e destes, metade foi executado.

A política de corte orçamentário imposto pelo governo Dilma, para atender às exigências do Fundo Monetário Internacional – FMI, que retirou R$ 50 bilhões do orçamento de 2012, atingiu fortemente os programas e as políticas direcionadas às mulheres, inclusive para a aplicação da Lei Maria da Penha e construção e ampliação de creches.

O governo Dilma havia programado um investimento para a construção de creches num valor de R$ 2 bilhões aos municípios, mas destes, apenas R$ 383 milhões foram repassados e 39 creches foram inauguradas simbolicamente, pois não estavam acabadas.

No âmbito municipal, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab foi condenado a construir as creches e também não fez. A principal responsabilidade pela execução da construção das creches é dos municípios.

O resultado da política de corte nas áreas sociais? Nenhuma nova creche foi entregue pronta ao final de 2011.

O governo Dilma Rousseff, lamentavelmente traiu a classe trabalhadora e, principalmente as mulheres – seu maior espelho na campanha eleitoral - quando cortou os investimentos nos programas de combate à violência com políticas sociais, dando uma demonstração de que o seu governo tem lado. E ela também não está do lado das mulheres trabalhadoras, funcionárias públicas, quando diz "não" à reposição salarial.

À classe trabalhadora em geral - homens e mulheres – resta a unidade na luta e na organização de classe, para mudarmos a dura realidade da mulher, trabalhadora, negra, mãe, lésbica, com deficiência, e construirmos uma sociedade sem exploração, sem racismo, sem machismo e sem preconceito.

Supremo decide que violência contra a mulher será investigada mesmo sem reclamação formal

Para movimentos feministas decisão é insuficiente se não for amparada por políticas públicas.

No dia 9 de fevereiro o Supremo Tribunal Federal declarou, por 10 votos 01, que não é necessária a representação, ou seja, a reclamação formal da mulher, para processar o autor de agressões físicas previstas na Lei Maria da Penha. Também por essa decisão qualquer pessoa pode denunciar o agressor para a polícia.

Antes da decisão do STF, o agressor só poderia ser processado se a mulher agredida fizesse a denúncia. Agora o Ministério Público pode agir independentemente de haver a representação formal da mulher vítima de agressão. Mesmo que a vítima se "arrependa" e queira desistir do processo o Ministério Público pode prosseguir com a ação.

Para os movimentos organizados de mulheres a exigência anterior levava à inibição da mulher agredida que, consequentemente, acabava por renunciar do seu direito de processar quem a violentou, ficando o agressor impune de seus atos. Também pesava o fato de que muitas vezes as mulheres não faziam a denuncia exatamente por serem ameaçadas com novas agressões, além de muitas dependerem economicamente do agressor

Para muitas organizações de mulheres, perguntar para uma pessoa em situação de violência cotidiana, se ela quer processar o agressor (companheiro, marido, namorado), é quase que dizer para que ela não siga adiante, pois normalmente as vítimas estão fragilizadas, submissas, sem poder de decisão, estão sempre sofrendo violência psicológica e moral e por isso não denunciam.

Com a possibilidade da denuncia poder ser feita por terceiros cria-se mais uma arma para coibir os agressores.

Mas a decisão do Supremo de nada servirá, se o governo não mudar o rumo e implementar um programa com políticas sociais de proteção à mulher em geral e em especial às agredidas para que a mulher vítima de violência se sinta mais segura. É preciso comprometimento político para com as mulheres trabalhadoras e medidas efetivas de proteção. Muitos casos já foram divulgados de homens que assassinaram ou novamente violentaram a mulher que apresentou denúncia porque ela não tinha a possibilidade de estar em local protegido.

A defesa da autonomia das mulheres para decidirem sobre suas vidas, fundamento do feminismo, traz há uma controvérsia sobre a decisão do STF, justamente por entender que a decisão deve ser da mulher. Ou seja, o Ministério Público não deveria decidir por ela e sobre a vida da mulher que sofre violência. Desse ponto de vista, essa decisão é considerada uma espécie de tutela que também considera a mulher como incapaz de mudar sua situação.

Tomada essa decisão pelo Supremo, ainda é importante que as mulheres assumam o protagonismo na luta contra a violência, por políticas públicas e pela construção de novos valores na sociedade que caminhem para a construção da emancipação e fim da opressão.

Apesar de avanços pontuais a Lei Maria da Penha deixa muito a desejar

A Lei foi aprovada em 2006 significando de certa maneira um avanço, pois diferenciou os crimes de violência contra a mulher dos crimes de violência em geral, apontando inclusive, medidas de proteção e amparo de mulheres vítimas de agressão.

Ocorre que, os direitos que existem na Lei nunca foram aplicados de maneira séria pelos governos, pois não há orçamento e nem prazos para cumprimento das garantias da lei como construção de Casas Abrigos, Juizados e Varas Especializadas e Delegacias de Mulheres, etc. O que faz com que a Lei Maria da Penha, se configure mais como um projeto de "intenções" do que garantias reais, isso porque, nesses quase seis anos de sua existência, foram construídas apenas sete novas casas abrigos e 50 novas delegacias em todo país.

É muito importante dizer que a violência contra a mulher não é só física, mas também psicológica, que procura fazer com que a mulher se sinta inferiorizada e submissa ao agressor.

É essencial construir novos valores, que respeitem a dignidade das mulheres e acabem com toda forma de violência. Nesse sentido é fundamental o combate à violência em todas as suas formas, principalmente aquelas que acontecem no cotidiano no lar, no trabalho e nas ruas e que muitas vezes passam despercebidas. Não são poucas as situações em que mulheres são tratados por homens como sua propriedade, e por isso sofrem.

Mulheres: quando a classe nos divide

Pinheirinho: truculência policial, denúncia de abuso sexual e violação aos Direitos Humanos.

Fotos: Divulgação



A juíza da 6ª Vara Cível de São José dos Campos, Márcia Loureiro, foi a responsável pela ordem de reintegração de posse da área do Pinheirinho e, por que não dizer, responsável pelos abusos cometidos pela polícia militar contra mulheres, crianças e idosos em suas "retiradas", para o que ela defende ser o cumprimento da lei.

É importante lembrar que para autorizar essa violência ela simplesmente concedeu uma liminar em processo que já tramitava há oito anos.

Quem não lembra, o dia 22 de janeiro, das tristes cenas postadas no facebook, de mulheres e crianças correndo sem direção para não serem atingidas por bombas de gás lacrimogêneo que foram jogadas contra os moradores por helicópteros e por terra? Pois é, essa senhora foi uma das principais responsáveis por essa atrocidade, além do governo do estado, Geraldo Alckmin e do prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury, ambos do PSDB.

Juíza parabeniza a ação da Polícia Militar

Em entrevistas ao jornal "O Vale" de São José dos Campos, a juíza declarou que "a polícia militar se preparou e se planejou durante quatro meses, e com muita competência exerceu e desempenhou um serviço admirável e, que é motivo de orgulho para todos nós...".

Orgulho? Mulheres e crianças serem tiradas de suas casas de forma violenta, apenas para que a Juíza Márcia Loureiro pudesse exercer o seu poder de mando, para defender os interesses de um especulador como Naji Nahas? Fica a pergunta a todas as mulheres trabalhadoras. Orgulho para quem? Apenas para ricos e poderosos que encontram dentro do Judiciário mulheres como essa juíza, que atua em favor da classe rica, em detrimento dos direitos das mulheres pobres, mães e trabalhadoras.

A desocupação violenta do Pinheirinho não seria menos brutal se fosse determinada por um juiz, pois homens e mulheres devem defender a vida e a dignidade humana da mesma maneira. No entanto é preciso lembrar que mulheres também podem se posicionar na defesa de interesses da classe que detém o poder, quando são e se reconhecem parte da classe dominante, inclusive oprimindo outras mulheres.



8 de Março Dia Internacional da Mulher
SINTRAJUD

Seminário: **"A mulher trabalhadora e o Poder Judiciário"**, dia 17, das 9h às 14h, no auditório do Sintrajud

Jesus Carlos



Coletivo de Formação e Luta Contra a Opressão, organiza o seminário em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. O evento acontecerá no dia 17 de março, das 9h às 14h, no auditório do Sintrajud, localizado na Rua Antonio de Godoy, nº 88, 15ª andar.

O objetivo da atividade é primeiro trazer essa discussão para as atividades do sindicato e depois contribuir para que todas e todos possam refletir sobre o papel da mulher trabalhadora na sociedade capitalista, onde além da exploração ainda sofre com toda forma de opressão e preconceito.

Neste sentido a entidade também quer contribuir para a organização própria das mulheres da categoria para, além da luta econômica, lutar pelos direitos específicos.

A programação contará com quatro debatedoras que discutirão os assuntos relacionados à luta cotidiana das mulheres trabalhadoras.

Organizado pelo coletivo de formação e luta contra a opressão/Sintrajud o evento também conta com o apoio Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – Fenajufe; Central Sindical e Popular – Conlutas; Tribunal Popular, Revista Crítica do Direito e Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo.

Os interessados em participar poderão realizar sua inscrição até o dia 16/03, na Secretaria do sindicato pelo telefone (11) 3222-5833.



Sandra Fortes "Questão racial". Membro do Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos.



Thaís de Souza Lapa "Aborto e Religião nos Tribunais". Mestranda em Sociologia pela USP, pesquisadora nas áreas de direitos sexuais e reprodutivos e divisão sexual do trabalho, co-autora do livro Aborto e Religião nos Tribunais Brasileiros. É integrante do Cladem-Brasil (Comitê Latino Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher).



Kátia Sales "Autoestima x Coisificação do Corpo da Mulher". Estudante de Direito, Membro da Executiva do Movimento Mulheres em Luta e do Coletivo Nacional de Mulheres do PSOL.



Jane Barros "A luta pelo fim da violência contra a mulher – desafios e perspectivas". Militante feminista faz parte da Frente Nacional pela legalização do aborto, compõe o Fórum Estadual pelo fim da violência contra a mulher no Rio de Janeiro e do Coletivo de Mulheres do PSOL.

A CSP-Conlutas e demais organizações feministas convocam todas as mulheres trabalhadoras para o Ato e passeata no dia 08, às 14h, na Praça da Sé.

PT e PSDB votam juntos a privatização da Previdência e Maluf parabeniza Dilma

Acordo entre governo e PSDB aprova na Câmara o PL 1992, que acaba com a aposentadoria integral de futuros servidores, mas campanha contra vai continuar.





28 02 – Trabalhadores do Judiciário e demais categoria em luta na Câmara para barrar a votação do PL 1992 – Joana D´arc

Por Hélcio Duarte Filho

O PT e o PSDB se uniram para aprovar no Plenário da Câmara dos Deputados, no último dia 28 de fevereiro, o projeto que privatiza a Previdência dos servidores públicos federais, divide a categoria entre antigos e novos trabalhadores e acaba com o direito à aposentadoria integral para quem for empossado após a entrada em vigor da lei. Das galerias, algumas dezenas de servidores protestaram até o final da votação, vaiando deputados governistas em diversos momentos. Muitos foram impedidos de entrar no local.

A votação foi marcada por declarações irônicas de deputados, principalmente do PSDB, com relação à posição que os parlamentares petistas teriam que adotar diante da posição do Planalto, que jogou duro para aprovar o projeto. E por mudanças súbitas de posição por parte de parlamentares de diversos partidos – principalmente no fechamento do acordo que retirou diversos requerimentos que pediam o adiamento da votação e que aprovou outro, que encerrava os debates e partia direto para a votação.

A proposta, que prevê um custo inicial de R$ 100 milhões, foi aprovada mesmo sem previsão orçamentária – o que fere o regimento da Câmara e a Lei de Responsabilidade Fiscal. O fato foi denunciado em diversos pronunciamentos de deputados que discordavam da proposta. No ano passado, a falta de previsão no Orçamento foi usada como argumento por deputados da base do governo para não aprovar os projetos, que diziam apoiar, que revisam os planos de cargos dos servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União.

Maluf afaga Dilma

O deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) - que já foi adversário histórico do PT em São Paulo, apontado como símbolo do conservadorismo e acusado pelo Ministério Público de comandar administrações corruptas - fez questão de orientar pessoalmente o voto favorável da bancada à proposta para parabenizar a Presidência da República. "A presidenta Dilma e o ministro da Previdência, Garibaldi Alves, tiveram a coragem de enviar essa proposta para Câmara [por] justiça social", disse.

A votação foi articulada pelo governo com base em um acordo com a chamada minoria, composta pelo PSDB, DEM e PPS, que aceitaram não obstruir a sessão e votar o mérito da proposta. O PSDB se declarou a favor do projeto, o DEM indicou o voto contra e o PPS liberou a bancada

O caráter privado do fundo que está sendo criado foi um dos aspectos mais criticados da proposta por parlamentares de diversos partidos. "Isso chama-se privatização da Previdência pública, vergonhosa! Privatização assumida pelo Partido dos Trabalhadores", discursou o deputado Ivan Valente (PSOL-SP). "As administrações do PT caminham para privatização de tudo, inclusive da educação", disse o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Pouco depois, o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) declarou que houve "um encontro de interesses que uniu o PT, o PSDB e o PP, representado pelo Maluf", ao criticar a aprovação do projeto em entrevista à TV Câmara. "Essa privatização é falaciosa, é jogar para banca internacional os recursos públicos. A história vai cobrar os traidores", disse.

Repressão contra direito de manifestação

Os servidores deixaram as galerias cantando o refrão de popular samba imortalizado na voz de Beth Carvalho que, por ironia, se chama "Vou Festejar": "Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão". Antes do início da sessão, o presidente da Casa, deputado Marcos Maia (PT-SP), tentou impedir o acesso dos manifestantes às galerias para assistir à votação. Acabou cedendo parcialmente após muita pressão, mas muitos servidores ficaram do lado de fora. "Foi um triste dia em Brasília hoje", disse Adilson Rodrigues, servidor da Justiça Federal em Santos e diretor do Sintrajud-SP, um dos cerca de 50 servidores que foram autorizados a entrar nas galerias.

Ele defendeu a continuidade da mobilização. "A votação desse projeto que ataca a Previdência dos servidores públicos, que privatiza, é o tirar da máscara e o rasgar do véu do governo, do petismo, que busca implementar o projeto de desmonte do estado brasileiro. Conversamos a urgência de soltar nas nossas páginas [na internet] os nomes dos que votaram a privatização. Mas foi uma etapa, uma batalha, a guerra não está finalizada", afirmou.

Previdência complementar está no Senado e tramitação será em regime de urgência constitucional

Agora toda pressão deve ser sobre os Senadores para que arquivem o projeto que ataca o funcionalismo público federal e privatiza a Previdência.

O projeto que cria a previdência complementar do servidor público, aprovado esta semana na Câmara dos Deputados, já foi encaminhado ao Senado Federal e recebeu o número PLC2/2012. O anúncio foi feito pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a sessão plenária do dia 02 de março.

Segundo informações do próprio Senador, por tramitar em regime de Urgência Constitucional, a matéria será apreciada simultaneamente pelas Comissões de Assuntos Sociais [CAS], de Assuntos Econômicos [CAE] e de Constituição, Justiça e Cidadania [CCJ].

O prazo será único e de cinco dias úteis, contados a partir da data de publicação no Diário Oficial, para apresentação de emendas ao projeto na Comissão de Assuntos Sociais [CAS].

Na Câmara dos Deputados a matéria foi aprovada na forma de substitutivo que autoriza a criação de três entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo – Funpresp-Leg e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – Funpresp-Jud.

Agora devemos dirigir a luta contra o senado, exigindo que o projeto seja arquivado imediatamente. Por isso é importante todo tipo de pressão, como envio de mensagem, pressionar individualmente cada senador para que votem contrários ao projeto. Mas, o decisivo é a mobilização de todo funcionalismo público.

Para o diretor da Fenajufe e membro do Luta Fenajufe, Saulo Arcangeli "é preciso reforçar a unidade dos servidores públicos para buscar no Senado a rejeição dessa matéria [PLC 2/2012], pois é a Casa revisora e pode arquivar o projeto", orienta.

ARRECADAÇÃO FEDERAL

Receita cresce 75% e alimenta superávit para juros nos 5 anos de reajuste zero no Judiciário

Economista mostra que receita da União cresceu mais de 75% no mesmo período em que os salários, congelados, perderam um quarto do seu poder de compra corroídos por uma inflação que já acumula 35%

Por Hélcio Duarte Filho

Estudo do Departamento Econômico do Sintrajud mostra que não se sustenta o argumento de que não havia dinheiro usado pelo governo para vetar, no ano passado, a aprovação do plano de cargos dos trabalhadores do Judiciário Federal. O aumento na arrecadação da Receita Federal e de outros órgãos em 2011, comparado a 2006, ano da conquista do último PCS, foi de 85,32%. É um salto de R$ 446,5 bilhões, com a arrecadação passando de R$ 523,3 bilhões em 2006 para R$ 969,9 bilhões em 2011. Tais receitas compreendem o Imposto de Renda, o IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados), e cobranças previdenciárias, dentre outras. O estudo é do economista Washington Luiz Moura Lima e foi realizado com base em dados oficiais, cuja coleta contou com a participação do estagiário Diego Passos.

Numa estimativa que desconta os meses de arrecadação daquele ano que antecederam o início do pagamento do terceiro plano de cargos e salários, em junho de 2006, a elevação nas receitas até dezembro de 2011 foi de 75%. No mesmo período não houve quaisquer reajustes para os servidores do Judiciário e do MPU, seja por meio de reestruturações de carreiras ou de revisão anual de salários, prevista na Constituição, mas desrespeitada sistematicamente por sucessivos governos.

No mesmo período, a inflação acumulada, de acordo com o ICV (Índice do Custo de Vida), do Dieese, foi de 35,11%, o que reduz o atual poder de compra dos salários em mais de um quarto (25,99%) do valor que tinham em 2006. Segundo outro estudo do departamento, a remuneração do servidor do Judiciário equivale atualmente, em termos reais, a 74,01% do que era em junho de 2006. É necessário um reajuste de 35% para repor esta perda.

Debitando-se a inflação do período, medida pelo IPCA (Índices de Preços ao Consumidor Ampliado), chega-se a um crescimento real nas receitas de 44,04%, considerando-se desde janeiro de 2006, ou 38,04%, se a referência for o mês de junho daquele ano.

Despesas cada vez menores com pessoal

Isso significa que, comparado às receitas, a União gasta cada vez menos dinheiro com a folha de pagamento da categoria. "Dito de outra forma, seria possível aumentar as remunerações dos servidores em 75,15%, desde junho de 2006, se o governo quisesse manter na mesma proporção os gastos de pessoal com a elevação da arrecadação. O governo está gastando, proporcionalmente, muito menos com as despesas de pessoal em relação ao aumento da arrecadação", observa Washington.



O economista alerta que esse salto na arrecadação, que só de 2010 para 2011 foi de 17,35%, não foi direcionado para salários ou serviços públicos melhores. "Ele está sendo desviado para o pagamento da dívida [pública], refinanciamento, juros e amortização, que consumirá quase metade do orçamento de 2012", critica, sem deixar de também mencionar a ajuda a grandes bancos e empresas, por meio de isenções fiscais ou empréstimos a juros subsidiados, taxas muitas vezes menores do que as que o trabalhador paga quando pega um empréstimo no banco ou usa o cheque especial.

SERVIÇO PÚBLICO

Funcionalismo se reúne em Brasília e prepara protestos e marcha para março

Plenária dos trabalhadores dos serviços públicos federais, convocada pela Cnesf, indica a construção de greve no 1º semestre para defender o fim do congelamento e direitos ameaçados

Só com mobilização, unidade e construção conjunta de uma greve geral do funcionalismo público federal, que busque o apoio da população usuária dos serviços públicos, será possível enfrentar a política inflexível de reajuste zero e de redução de direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais aplicada pelo governo de Dilma Rousseff. Esse é o resumo das resoluções aprovadas na plenária nacional dos trabalhadores dos serviços públicos convocada pela Cnesf (Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais), realizada no domingo (4), em Brasília, que decidiu jogar peso nas manifestações previstas para o mês de março.

Dentre as prioridades imediatas, foram destacadas a atuação direta no Senado contra a aprovação do projeto que privatiza a Previdência e acaba com a aposentadoria integral de novos servidores (PL 1992/2007), a organização da jornada de mobilizações nos estados de 12 a 16 de março e a marcha à capital federal marcada para 28 próximo.

Os protestos também estão sendo convocados por entidades que não integram a coordenação, mas se reúnem no Fórum Nacional de Servidores – que tem abrangência maior. A plenária teve a presença de cerca de 100 trabalhadores dos serviços públicos, sendo que 55 foram eleitos para representar suas categorias. Pelo Sintrajud, participaram Cleber Aguiar, Maria Helena Garcia Leal e José Maria da Rocha.



Crise econômica

Cerca de um terço dos participantes se inscreveram para falar e, quase todos, destacaram a importância da união entre os trabalhadores do setor associada à inevitável necessidade de preparar a greve como caminhos para pressionar o governo. "Não há saída para nós que não seja buscar uma unidade ampla nesse fórum que estamos construindo. Ou vamos para a greve unificada ou vamos aceitar que a foice do governo Dilma passe pelos nossos pescoços", disse Paulo Barela, servidor do IBGE e dirigente da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular). Ele identificou nas medidas aplicadas pelo governo aspectos preventivos que buscam transferir recursos públicos para o mercado privado e, assim, protegê-lo dos efeitos da crise internacional da economia.

A questão também foi abordada por Cleber, do TRF-SP, no debate travado no dia anterior, quando contestou o argumento do Planalto de que no Brasil não há cortes de direitos ou de salários. "Perdemos 35% do nosso salário. Nós estamos tendo cortes salariais também", disse, referindo-se ao índice de inflação acumulada de 2006, data do último reajuste do Judiciário e MPU, a janeiro de 2012, percentuais que até hoje não foram repostos e que, na avaliação que fez, equivalem a um corte salarial disfarçado.

Combater a divisão patrocinada pelo governo

O consenso sobre a necessidade da unidade, da mobilização e da greve foi acompanhado, talvez em igual proporção, da preocupação quanto às dificuldades a serem superadas para construir as condições para que tudo isso aconteça e se sobreponha às contínuas investidas do governo para dividir a categoria. "Vamos fazer a maior greve jamais vista, ou vamos [ficar sem] nada outra vez?", indagou Rolando Rubens, dirigente da Federação dos Trabalhadores das Universidades Federais (Fasubra). "Não dá para enfrentar um governo desse fragmentados", alertou o dirigente sindical Sergio Ribeiro, da delegação dos trabalhadores das escolas técnicas federais. "Qualquer categoria isolada não terá nenhum sucesso. Temos que colocar [os trabalhadores] para discutir a greve do setor público e se possível a greve geral", defendeu Júlio Tavares, da Previdência Social, que se disse preocupado com o histórico de divisões nos últimos anos, decorrente da adesão de muitas lideranças sindicais ao Planalto. "Se tivermos sensibilidade para superar as diferenças entre nós, conseguiremos dar uma boa resposta ao governo", disse Josevaldo Cunha, do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN).

A dimensão desta 'resposta', avaliaram os servidores, terá que ser bem maior do que a campanha salarial unificada de 2011, que acabou pulverizada em negociações específicas pautados pelo governo, que não levaram a lugar nenhum. Terá, ainda, para se fortalecer, que buscar o apoio e a unidade com outros setores de trabalhadores e da população que, no dia a dia, recorre aos serviços públicos.

Calendário aprovado

12 a 16 de março: jornada de mobilizações e atividades nos estados e em Brasília;

16 de março: protestos nos estados, buscando unificar o ato com os trabalhadores da Educação Básica, que fazem greve nacional nos dias 14,15 e 16;

28 de março: Marcha a Brasília de todo funcionalismo;

Abril: convocação de nova plenária nacional da Cnesf;

1º semestre de 2012: indicativo de construção da greve geral do serviço público federal.

Reivindicações centrais

Reposição salarial emergencial – índice a ser definido com base na inflação somada ao aumento do PIB (Produto Interno Bruto).

Definição de uma política salarial permanente que garanta a reposição das perdas salariais.

Data-base em maio.

Rejeição do PL 1992/2007 e de todos os projetos que atacam direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais da categoria;